

**DATA DA REUNIÃO:** SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

**PRESENÇAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**---

**HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DEZASSEIS HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

**SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Em cumprimento das disposições conjugadas dos números 4 e 12 do artigo 49º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e dezassete, o senhor presidente comunicou à câmara municipal os contratos de prestação de serviços celebrados / adjudicados no decurso dos meses de fevereiro e março, conforme listagens que se anexam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, como anexos I e II, rubricados pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

b) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi feita a seguinte declaração política:-----

**DECLARAÇÃO POLÍTICA**

**(Santo Tirso sobe no “ranking” das melhores cidades do País)**

Santo Tirso é, entre os 86 Municípios da zona norte do país, o 18.º melhor posicionado no “Portugal City Brand Ranking”, estudo que mede anualmente o impacto da marca de todos os concelhos portugueses em matéria de estratégia de promoção territorial nas áreas de Turismo (Visitar), Investimento e Exportações (Negócios) e Talento (Viver).

Já a nível nacional, Santo Tirso ocupa, entre os 308 Municípios portugueses, a 52.ª posição, tendo subido oito lugares relativamente ao ano de 2016.

Os resultados tornados públicos no estudo desenvolvido pela “Bloom Consulting”, empresa especializada na elaboração de rankings, vem confirmar que Santo Tirso está no bom caminho no que diz respeito à estratégia promocional do Município.

Aquilo que demagogicamente alguns consideram ser festas e festarolas, afinal, é uma estratégia de promoção com resultados práticos e animadores, contribuindo decisivamente para tornar o concelho mais atrativo e competitivo.

De facto, o executivo municipal tem vindo a fazer um esforço desde o início do mandato com vista a projetar aquém e além-fronteiras o Município de Santo Tirso e a atrair novos investimentos, dois dos eixos prioritários da política municipal para o ciclo autárquico 2013-2017 avaliados neste estudo.

O “ranking” da “Bloom Consulting” leva ainda em conta o trabalho desenvolvido pelos Municípios no que respeita à atração de turistas e aumento das exportações, duas áreas em que o concelho de Santo Tirso tem vindo, paulatinamente, a melhorar. O primeiro alavancado numa série de iniciativas e eventos de grande



dimensão, nomeadamente as Festas S. Bento e o Mercado Nazareno, e no Museu Internacional de Escultura Contemporânea, que já recebeu cerca de 14 mil visitantes desde que foi inaugurado. E o segundo por força da capacidade de internacionalização das empresas do concelho, que atingiram em 2016 um volume de exportações de 535 milhões de euros.

Se outro mérito este estudo elaborado por uma empresa especializada em “rankings” não tivesse, já serviu para demonstrar a importância de uma estratégia promocional estruturada e de médio e longo prazo, abarcando políticas culturais e turísticas e, ao mesmo tempo, políticas direccionadas para a captação de novos investimentos.

O “Portugal City Brand Ranking 2017” funciona, assim, como um forte incentivo para o executivo municipal manter o rumo iniciado em finais de 2013 em matéria de visão estratégica para o Município de Santo Tirso no que diz respeito à promoção do território.

**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 06 de abril de 2017**

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/ABRIL/2017 – ATA Nº 07**

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 23/03/2017
- 2 – Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2016: Conhecimento
- 3 – Proposta de Regulamento de Distinções Honoríficas do município de Santo Tirso: Início do procedimento
- 4 – Projeto de Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais do município de Santo Tirso
- 5 – Projeto de Regulamento Municipal da Horta Urbana de Santo Thyrsó
- 6 – Proposta de atualização da Taxa Municipal de Urbanização para 2017
- 7 – Empreitada: “Requalificação do Edifício Escolar do Bom Nome e Arranjos exteriores – Vila das Aves”: Aprovação do respetivo projeto e decisão de contratar
- 8 – Proposta de celebração de Acordo de Mutação Dominial a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, S.A., tendo por objeto a integração de um troço da EN 105 entre o km 20,319 e o km 24,120, numa extensão total de 3,801 km na rede viária municipal do município de Santo Tirso
- 9 – Proposta de Acordo de Gestão a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, S.A., tendo por objeto a execução da obra de reformulação da interseção existente na EN 105 ao km 23,900 (entroncamento de Frádegas)
- 10 – Proposta de Acordo de Gestão a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, S.A., tendo por objeto a gestão da EN 204, entre o km 46,600 (rotunda a nascente da ponte sobre o Rio Ave) e o km 48,400 (Rotunda das Frádegas)
- 11 – Celebração de Protocolo entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e a INDAQUA – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., tendo por objeto a comparticipação no pagamento da fatura da água aos utilizadores



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

7



- 12** – Proposta de celebração de contrato de consignação a celebrar entre o município de Santo Tirso e a sociedade RBMDC – Livros e Artes Lda, tendo por objeto estabelecer as condições de venda da monografia “MMAP/MIECST. Projeto e Obra”
- 13** – Adenda ao Protocolo de colaboração celebrado entre os municípios de Santo Tirso e Guimarães tendo por objeto a execução de uma nova ponte sobre o Rio Vizela e Arruamentos de acesso: Aprovação
- 14** – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na Freguesia União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba D’Ave para execução da obra denominada “Pavimentação da Rua de Frinjos que liga à Rua de Mourenças
- 15** – Proposta de reforço da comparticipação atribuída à Associação de Pais da EB da Lage (Vilarinho), para assegurar o prolongamento do horário no respetivo jardim-de-infância
- 16** – Paróquia de S. Salvador do Campo: Pedido de subsídio para obras no interior da igreja matriz
- 17** – Proposta de celebração de Protocolo de Colaboração entre o município, a Federação de Andebol de Portugal e o Ginásio Clube de Santo Tirso, para organização do “Encontro Nacional Minis em Andebol”
- 18** – Apoio à utilização dos transportes urbanos: aquisição de títulos de transporte à sociedade TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda para efeitos de distribuição a estratos sociais desfavorecidos
- 19** – Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo com o Ginásio Clube de Santo Tirso
- 20** – IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: Pedido de reconhecimento do especial interesse social da operação urbanística de alteração a loteamento sito em Vila das Aves (Processo 183/17-RSP)



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

8

**21 – DUX – Interiores, SA: Pedido de reconhecimento de interesse municipal da operação urbanística de obras de edificação destinadas a indústria (Processo 402/10 – LEDI)**

Santo Tirso, 03 de abril de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto

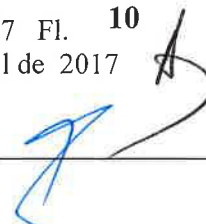


**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23/03/2017.----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e três de março findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

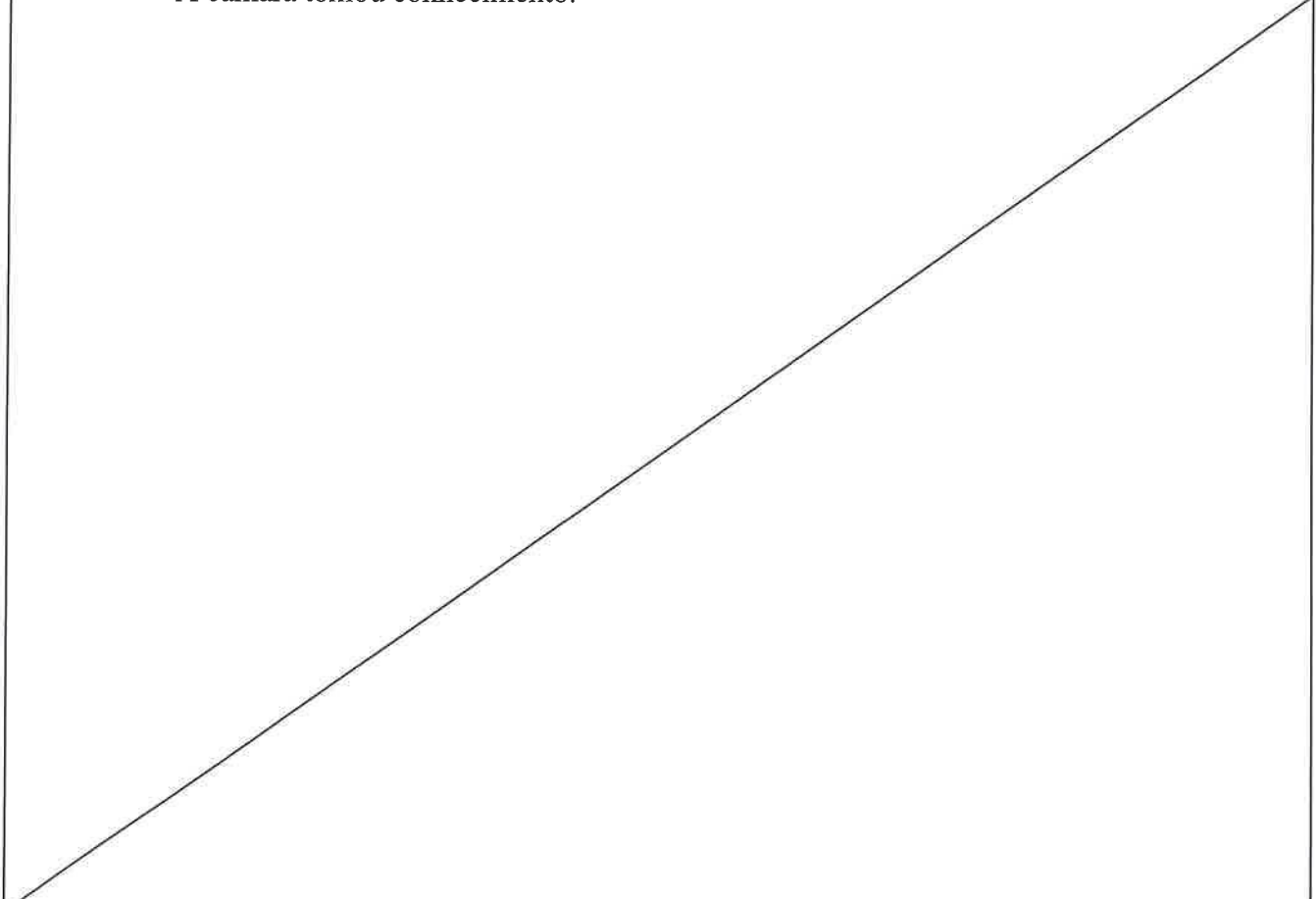


**2. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO DO ANO DE 2016: CONHECIMENTO.-----**

Presente o Relatório de avaliação do cumprimento do estatuto de direito de oposição relativo ao ano de dois mil e dezasseis, elaborado pelo presidente da câmara municipal, em cumprimento da competência prevista na alínea yy) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que lhe foi delegada por deliberação da câmara municipal de vinte e um de outubro de dois mil e treze, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes cinco folhas.-----

O presente relatório é enviado a reunião da câmara municipal para conhecimento de todos os seus membros, sem prejuízo dos titulares do direito de oposição se pronunciarem sobre o mesmo.

A câmara tomou conhecimento.-----





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

11

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2016 NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei 24/98, de 26 de maio, determina, no seu artigo 1º, que *deve ser assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos, designadamente, das autarquias locais*, nos termos da Constituição da República Portuguesa e da lei.

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 2º do referido diploma legal, entende-se por oposição a *atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas*, nomeadamente, dos órgãos supra identificados, desenvolvendo o preceito constitucional do direito de oposição democrática consagrado no nº 2 do artigo 114º da Constituição da República Portuguesa.

Atento o disposto no referido Estatuto, assistem aos titulares do direito de oposição o direito à informação (artigo 4º), o direito de consulta prévia (artigo 5º), o direito de participação (artigos 6º e 7º), o direito de depor (artigo 8º) e o direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito por este diploma legal (artigo 10º, nºs 1 e 2).

Nos termos do artigo 3º da Lei 24/98, de 26 de maio, e no caso das Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição:

- a) Os partidos políticos representados no órgão deliberativo (assembleia municipal) que não estejam representados no órgão executivo (câmara municipal);
- b) Os partidos políticos representados nas câmaras municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas;
- c) Os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores.

O órgão executivo do Município de Santo Tirso integra, para além do presidente da câmara municipal, oito vereadores.

Atenta a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (Lei 11-A/2013, de 28 de janeiro), o órgão deliberativo constitui-se por 41 membros,



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

12

dos quais 27 foram eleitos diretamente e 14 correspondem aos presidentes de junta de freguesia, que integram este órgão deliberativo obrigatoriamente, de harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 42º da Lei 169/99, de 18 de setembro;

Por conseguinte, e atendendo a que o Partido Socialista (PS) é o partido político representado maioritariamente na câmara municipal, a cujos vereadores eleitos enquanto inscritos na respetiva lista foram distribuídas funções e delegados poderes, ao abrigo do disposto no artigo 36º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, conclui-se que, no Município de Santo Tirso, são titulares do direito de oposição:

- a) A coligação dos partidos Partido Social Democrata e Partido Popular Monárquico (PPD/PSD-PPM), representada na câmara municipal e na assembleia municipal;
- b) O CDS/PP, apenas representado na assembleia municipal;
- c) A Coligação Democrática Unitária (CDU) — PCP-PEV, apenas representada na assembleia municipal;
- d) O Movimento Independente “Prá Frente Santo Tirso - PFST”, apenas representado na assembleia municipal;
- e) O Movimento Independente “Água Longa É De Todos - ALEDT”, apenas representado na assembleia municipal.

Nos termos do disposto na alínea yy) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do artigo 10º da Lei 24/98, de 26 de maio, o órgão executivo das autarquias locais deve dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, elaborando, até ao fim do mês de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes desta Lei.

Ora, considerando, por um lado, que a competência prevista na alínea yy) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, foi delegada no presidente da câmara municipal na reunião de câmara municipal realizada no dia 21 de outubro de 2013 (conforme Edital nº 119/2013, de 21 de outubro) e, por outro, que a alínea u) do nº 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, estabelece a competência própria do presidente da câmara municipal para a promoção do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respetivo relatório de avaliação, relatam-se, de



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

seguida, genericamente, as atividades que, no ano de 2016, deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição:

## **A - DIREITO À INFORMAÇÃO**

No presente mandato, e em cumprimento do disposto no artigo 4º da Lei 24/98, de 26 de maio, os titulares do direito de oposição do Município de Santo Tirso foram, tanto de forma escrita como verbal, detalhadamente informados, quer através dos minuciosos relatórios elaborados pelos serviços, quer diretamente pelo presidente da câmara e pelo órgão executivo no contexto das reuniões dos órgãos executivo e deliberativo, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal.

A par de outros assuntos, foram comunicadas informações, no âmbito das alíneas s), t), u), x) e y) do nº 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 4º do Estatuto do Direito de Oposição, a saber:

- Fornecimento de resposta aos pedidos de informação apresentados pela assembleia municipal;
- Promoção da publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 56º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- Promoção do cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição;
- Envio para a assembleia municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, de toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo os respeitantes às entidades abrangidas pelo Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (nº 3 do art.º 1º da Lei 50/2012, de 31 de agosto) indispensável para a compreensão e análise crítica objetiva da informação aí inscrita.

Por outro lado, o Município de Santo Tirso assegurou, em nome do princípio da transparência, a atualização dos mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, em particular, a sua página institucional na internet, facilitando, deste modo, o constante acompanhamento, a fiscalização e a crítica da atividade dos órgãos municipais.



## **B - DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA**

De acordo com o nº 3 do artigo 5º da Lei 24/98, de 26 de maio, nos anos de 2015 e 2016 foi assegurado, aos Vereadores e aos representantes dos partidos políticos na assembleia municipal, o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos Planos Plurianual de Investimentos e de Atividades Municipais e do Orçamento Municipal para 2016 e 2017, respetivamente, resultando a sua aprovação dentro dos prazos legais.

Para este efeito, a respetiva documentação foi distribuída, nos termos do nº 2 do artigo 4º do referido diploma legal, por via da remissão efetuada pelo nº 4 do artigo 5º do mesmo Estatuto, realizando-se as sessões da assembleia municipal que a aprovaram em 15 de dezembro de 2015 (item 5 da respetiva ata) e 29 de novembro de 2016 (item 3 da respetiva ata).

## **C - DIREITO DE PARTICIPAÇÃO**

Aos titulares do direito de oposição foi também garantido o direito de participação, através da possibilidade de pronúncia ou intervenção, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo estes efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos, tramitados nos termos legalmente previstos.

## **D - DIREITO DE DEPOR**

Nos termos do artigo 8º do Estatuto do Direito de Oposição, os partidos políticos da oposição têm o direito de, através de representantes por si livremente designados, depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de relatórios, inquéritos, inspeções ou sindicâncias. No período compreendido pelo presente relatório, não foi exercido este direito, nem o órgão executivo esteve sujeito a qualquer obrigação neste domínio.

## **E - DIREITO DE PRONÚNCIA SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO**

Atendendo ao estatuído no artigo 10º da Lei 24/98, de 26 de maio, os membros da oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

15

relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto, documento este, e relativamente ao município de Santo Tirso, elaborado pelo presidente do órgão executivo, face à competência que lhe foi delegada.

### **CONCLUSÃO:**

Face às linhas gerais de atuação supra expendidas, considera-se que o presidente da câmara municipal de Santo Tirso, no exercício das suas competências próprias e delegadas, cumpriu, durante o ano de 2016, o estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição, assim contribuindo, através da criação de condições para a efetivação dos direitos e garantias dos seus titulares, para o reforço do sistema democrático.

Para efeitos do exercício do direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação, por parte dos titulares do direito de oposição, e em cumprimento do nº 2 do artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição e da alínea u) do nº 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, determino que o presente Relatório seja remetido aos titulares do direito de oposição da câmara municipal, ao presidente da assembleia municipal de Santo Tirso, aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição, e aos grupos de cidadãos eleitores representados na respetiva assembleia municipal.



Mais determino a publicação deste relatório no sítio institucional do município de Santo Tirso, em [www.cm-s.tirso.pt](http://www.cm-s.tirso.pt).

Santo Tirso, 31 de março de 2017.

O presidente da câmara municipal,

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto



### **3. PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.-----**

Presente informação de trinta de março findo, do Departamento de Cultura e Desenvolvimento Económico, registada com o número dois mil novecentos e trinta e cinco, a propor a elaboração de um novo Regulamento para concessão de medalhas, que passará a designar-se “Regulamento de distinções honoríficas do município de Santo Tirso”, que tem por objetivos ampliar o âmbito de distinções honoríficas a considerar, bem como das entidades habilitadas a apresentar sugestões de atribuição de distinções honoríficas e estabelecer uma graduação nas medalhas de mérito municipal e medalhas de bons serviços.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento o Diretor do referido Departamento, Doutor Álvaro de Brito Moreira, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração do regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



*[Handwritten signature in blue ink]*

#### **4. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.**-----

Presente informação de trinta e um de março findo, da Divisão de Desenvolvimento Económico, registada com o número dois mil novecentos e sessenta e um, a remeter na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte e três de fevereiro último (item doze da respetiva ata), o projeto de Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais do município de Santo Tirso, que tem por objeto estabelecer as regras e as condições genéricas de concessão de incentivos fiscais ao investimento no município de Santo Tirso.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de Regulamento municipal acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo.-----

O referido projeto, constituído por doze folhas, fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

## **5. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA HORTA URBANA DE SANTO THYRSO.**-----

Presente informação de trinta de um de março findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, registada com o número três mil e seis, a remeter na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte e três do mesmo mês de março (item oito da respetiva ata), o projeto de Regulamento Municipal da Horta Urbana de Santo Thyrsó, que tem por objeto estabelecer os critérios de atribuição do direito de utilização dos talhões da Horta Urbana e as respetivas condições de utilização.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de Regulamento municipal acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, nos termos previstos no artigo 101º do mesmo Código.-----

O referido projeto, constituído por dezassete folhas, fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

## 6. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (TMU) PARA 2017.

Presente informação da Divisão de Licenças e Urbanismo, de oito de fevereiro último, registada com o número mil e quarenta e um, a remeter proposta de atualização da Taxa Municipal de Urbanização para dois mil e dezassete, efetuada nos termos previstos no n.º 2 do artigo 6º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas, aprovado pela assembleia municipal em quatro de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, com as alterações introduzidas por deliberação do mesmo órgão, de dezasseis de outubro de dois mil e um.

A referida informação vem instruída com comunicação do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, de vinte de janeiro último, registada com o número dois mil cento e vinte e nove, a informar que o valor estimado do custo base de construção a que se refere o n.º 10 da Portaria 500/97, de 21 de julho, é de 436,20 €/m<sup>2</sup>.

De harmonia com o critério de atualização previsto no referido Regulamento, a tabela de aplicação da TMU para o ano de dois mil e dezassete passa a ser a seguinte:

Habitação unifamiliar S≤250 m <sup>2</sup>	Construção Geral		Indústrias e Armazéns
	S≤350 m <sup>2</sup>	S>350 m <sup>2</sup>	
2,31 €	3,05 €	6,85 €	9,16 €

O montante da taxa a cobrar é o que resulta do produto da superfície total de pavimentos (S) pelo valor da tabela da TMU, em função do objeto da operação, e do tipo do uso autorizado.

Da presente atualização resulta uma redução no valor da TMU a pagar.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a atualização da tabela de aplicação da TMU para dois mil e dezassete.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

**7. CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE EMPREITADA DESIGNADA “REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DO BOM NOME E ARRANJOS EXTERIORES – VILA DAS AVES”: APROVAÇÃO DE PROJETO, DECISÃO DE CONTRATAR, APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO.**-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e um de março findo, registada com o número dois mil seiscientos e vinte e seis, relativa ao projeto da obra acima referida e procedimento de concurso público com vista à formação do respetivo contrato de empreitada e a remeter as peças processuais relativas ao mesmo procedimento, constituído pelo Projeto, Programa de concurso público e Caderno de encargos, e respetivos anexos, integrado pelas peças referidas na lista que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma.-----

Dá-se aqui por inteiramente transcrita a aludida informação técnica para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos da fundamentação da presente deliberação.-----

O preço base da obra é de 758.000,14 € (setecentos e cinquenta e oito mil e catorze centimos), acrescido do IVA à taxa legal aplicável, e o prazo de execução da empreitada é de duzentos e dez dias.-----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010305, que fica dotada de verba suficiente nos anos económicos de execução do contrato (2017 e 2018), ficando cativa no ano em curso a importância de 669.570,15 € (seiscientos e sessenta e nove mil quinhentos e setenta euros e quinze centimos), correspondente à estimativa dos encargos com a empreitada no presente exercício, conforme proposta de cabimento orçamental número 645/2017, de vinte e três de fevereiro último.-----

Da execução do contrato resultam encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, sendo que a autorização para a assunção de encargos plurianuais foi

dada genericamente pela assembleia municipal em sessão de vinte e nove de novembro último, conforme resulta do artigo 31º, n.º 1, alínea a) das Normas de Execução Orçamental e da previsão plurianual constante do PPI relativamente ao projeto/ação 05/2010/I/26, tendo sido objeto de alteração orçamental por despacho do presidente da câmara municipal de vinte e um fevereiro último, (7ª modificação às GOP), proferido ao abrigo da competência delegada pela câmara municipal. No entanto, da reprogramação efetuada com aquela alteração orçamental não resultou um aumento da despesa global prevista.-----

Pelo senhor presidente da câmara foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal delibere aprovar o projeto de execução da referida obra.-----

B) Que a câmara municipal delibere autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 20º do mesmo Código.-----

C) Que a câmara delibere aprovar as peças do respetivo procedimento, que são as seguintes:-----

1 – **Programa do Procedimento;**-----

2 – **Cadernos de Encargos**, integrado pelos elementos referidos na lista anexa à presente ata.-----

D) Designar o júri do respetivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efetivos

- Presidente – Eng.º Carlos António Nogueira Veloso – Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas;-----

- Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia –Chefe da Divisão da Contração Pública, que exercerá as funções de secretária do procedimento;-----

- Engª Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho – Técnica Superior do município;--

Membros suplentes:

- Dra. Diana Paula Ferreira Salgado – Chefe da Divisão Jurídica;-----
- Dra. Maria Alcina Marques Oliveira – Chefe da Divisão Financeira.-----

E) Que a câmara municipal delibere declarar, com fundamento na aludida informação técnica, e face aos demais elementos constantes do procedimento, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades, estudos e elementos que o integram, que fazem parte integrante do caderno de encargos, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar”, que serão disponibilizados a concurso, a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas que antecedem.-----



**8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., TENDO POR OBJETO A INTEGRAÇÃO DE UM TROÇO DA EN 105 ENTRE O KM 20,319 E O KM 24,120, NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 3,801 KM NA REDE VIÁRIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.**-----

Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de vinte e quatro de março findo, registada com o número dois mil setecentos e setenta e um, a remeter minuta de Acordo de Mutação Dominial a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, S.A., que tem por objeto a integração do troço da estrada da EN 105 entre o km 20,319 e o km 24,120, na extensão total de 3,801 km, na rede viária do município de Santo Tirso, conforme esboço corográfico que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que no número 1º do artigo 9º da Lei 34/2015, de 27 de abril, que aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, estipula que “*A construção de qualquer variante opera a desclassificação do troço de estrada que aquela substitui*”;-----

Considerando que o troço da estrada em causa foi substituído pela variante à EN 105, aberta ao tráfego em 1998;-----

Considerando que aquele troço se mantém afeto à função rodoviária e tem interesse para a rede rodoviária municipal;-----

Considerando que a transferência dominial para o município pressupõe autorização prévia da assembleia municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 40º do referido Estatuto e alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

Considerando a urgência do município na celebração dos Acordos de Gestão submetidos à aprovação desta câmara municipal, nesta mesma reunião, que constituem os itens nove e dez da respetiva Ordem do Dia;-----

Considerando assim o interesse e oportunidade de assinatura dos três documentos no mesmo dia;-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar a transferência para o domínio público do município do referido troço da EN 105, para integrar a rede rodoviária municipal, nos termos da minuta de Acordo de Mutuação Dominial que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, e submeter o mesmo acordo à ratificação da assembleia municipal na sessão ordinária daquele órgão deliberativo do corrente mês de abril.-----

A validade do Acordo a assinar ficará condicionada à sua ratificação pela assembleia municipal.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----









**9. PROPOSTA DE ACORDO DE GESTÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMULAÇÃO DA INTERSEÇÃO EXISTENTE NA EN 105 AO KM 23,900 (ENTRONCAMENTO DE FRÁDEGAS).-----**

Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de trinta de março findo, registada com o número dois mil novecentos e oitenta e quatro, a remeter minuta de Acordo de Gestão a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, S.A., que tem por objeto a execução da reformulação da interseção existente na EN 105 ao km 23,900, de acordo com a planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta.-----

Considerando que o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei 34/2015, de 27 de abril, prevê a possibilidade de administração rodoviária se relacionar com os municípios, em matéria de construção;-----

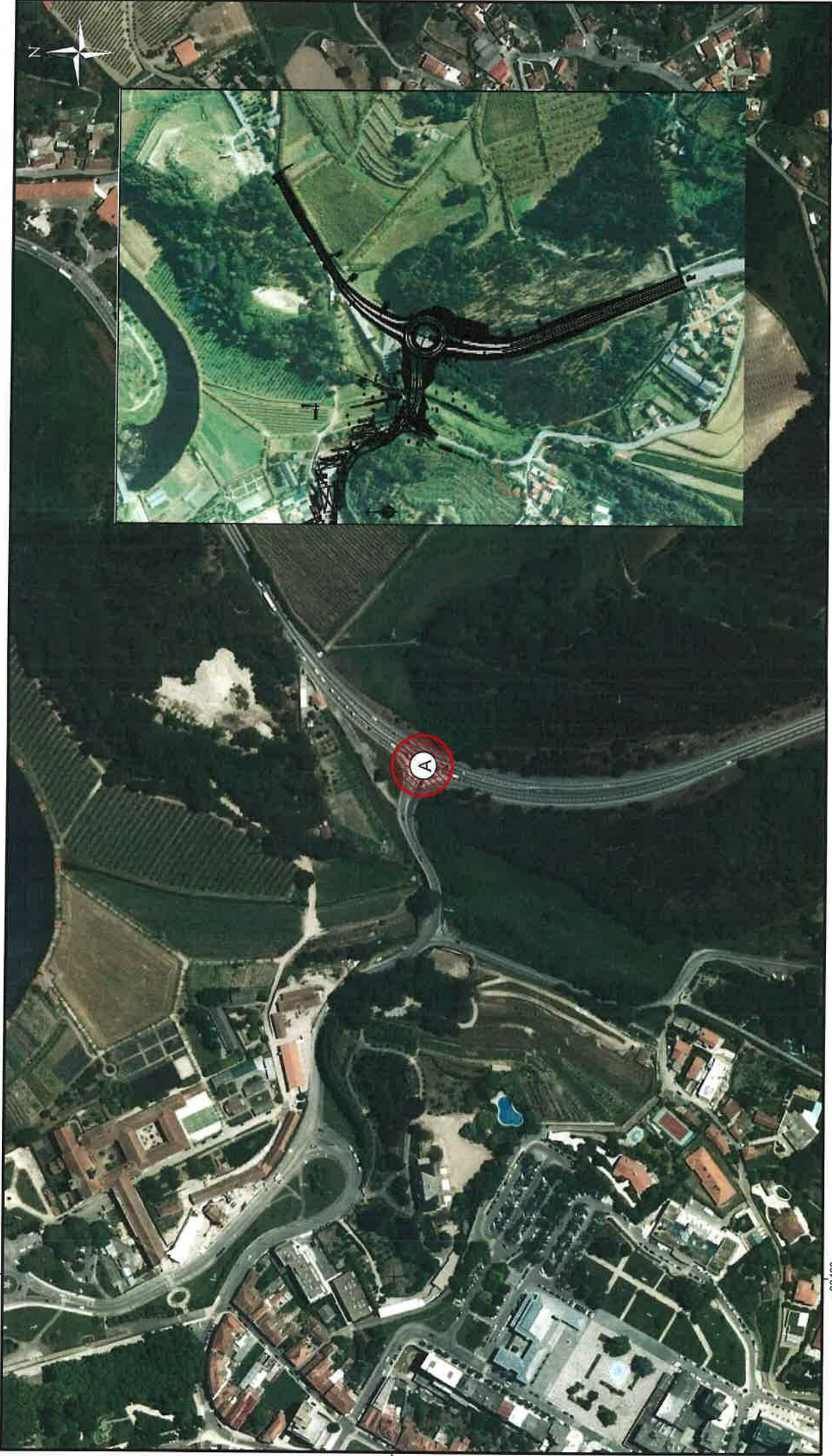
Considerando a necessidade de melhoria da capacidade de tráfego e segurança rodoviária do entroncamento existente na Variante à EN 105, junto ao Ribeiro do Matadouro;-----

Considerando que o município já adquiriu os terrenos necessários à execução da obra em causa, em execução do Protocolo de Acordo assinado em nove de fevereiro de dois mil e nove, ratificado pela câmara municipal em reunião de onze do mesmo mês de fevereiro.-----

Considerando a urgência e importância para o município da obra em causa;-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar o Acordo de Gestão que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



-28400



DIREÇÃO DE PLANEAMENTO

Esboço Corográfico 1:4.000

DESIGNAÇÃO : Acordo de gestão com o Município de Santo Tirso  
para execução de reformulação da interseção existente na EN105.

DISTRITO : Porto

CONCELHO : Santo Tirso

SISTEMA DE COORDENADAS: Elipsóide GRS80 - Projeção Transversa de Mercator - Datum ETRS89

LEGENDA



EN105 ao km 23,900  
(X= -27.995 ; Y= 185.976)



Zona a intervir



**10. PROPOSTA DE ACORDO DE GESTÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., TENDO POR OBJETO A GESTÃO DA EN 204, ENTRE O KM 46,600 (ROTUNDA A NASCENTE DA PONTE SOBRE O RIO AVE) E O KM 48,400 (ROTUNDA DAS FRÁDEGAS).-----**

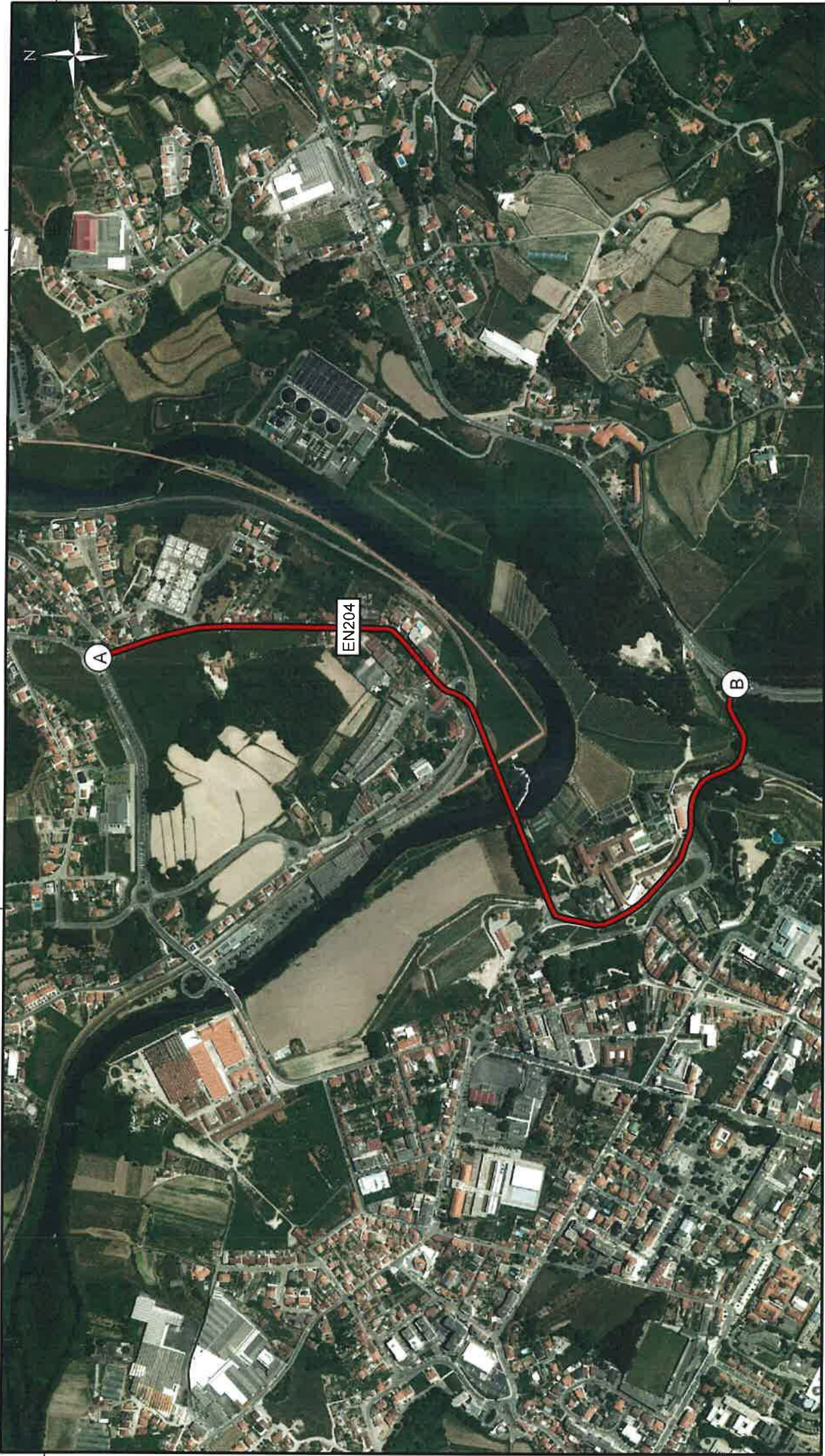
Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de trinta de março findo, registada com o número dois mil novecentos e oitenta, a remeter minuta de Acordo de Gestão a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, S.A., que tem por objeto a entrega ao município de Santo Tirso, para efeitos de gestão, do troço da EN 204 entre o km 46,600 e o km 48,400, na extensão total de 1,8 km, conforme esboço corográfico que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----



O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o Acordo de Gestão a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A., nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----







<div><div>Infraestruturas de Portugal</div></div> <div>DIREÇÃO DE PLANEAMENTO</div> <div>Esboço Corográfico 1:9.000</div>	DESIGNAÇÃO : Acordo de Gestão com o Município de Santo Tirso.		<div>29</div> <div></div> <div>LEGENDA</div> <div><div><div>A</div>EN204 ao km 46.600 (X= -27.954 ; Y= 187.111)</div><div><div>B</div>EN204 ao km 48.400 (X= -28.000 ; Y= 185.977)</div><div><div></div>Troço a entregar</div></div> <div>DATA: 14/02/2017</div>
	DISTRITO : Porto		
	CONCELHO : Santo Tirso		
	SISTEMA DE COORDENADAS: Elipsóide GRS80 - Projção Transversa de Mercator - Datum ETRS89		



**11. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO E DA TROFA E A INDAQUA – GESTÃO DE ÁGUAS DE SANTO TIRSO E TROFA, S.A., TENDO POR OBJETO A COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA DA ÁGUA AOS UTILIZADORES.**-----

Presente informação do Gabinete de Direção Municipal, da assessora na área do ambiente, de trinta e um de março findo, registada com o número dois mil oitocentos e noventa e dois, a remeter minuta de Protocolo a celebrar entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e a INDAQUA – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., que tem por objeto uma comparticipação do município no pagamento da fatura da água aos utilizadores do concelho de Santo Tirso, no que respeita especificamente às tarifas variáveis, n.º 1º, 2º, 3º e 4º escalão doméstico, bem como no que respeita aos utilizadores não domésticos, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, composto por onze folhas.-----

O valor previsto da comparticipação do município de Santo Tirso, no montante máximo de 200.000,00 € (duzentos mil euros) será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1068/2017.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1745/2017, de trinta de março.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar com a INDAQUA – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. o aludido Protocolo, nos termos que constam da minuta anexa.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****(Santo Tirso reduz tarifa variável da água em 15 por cento)**

A água vai ficar mais barata em Santo Tirso a partir deste mês. Fruto das negociações estabelecidas com a concessionária da rede pública de abastecimento de água, o tarifário variável vai sofrer uma redução de 15 por cento no 1.º e 2.º escalões, 11 por cento no 3.º escalão e cinco por cento no 4.º e escalão não doméstico.

Desde que há concessão da rede pública de abastecimento de água no concelho de Santo Tirso, nunca o tarifário variável tinha sofrido uma redução tão acentuada, numa medida de carácter geral e universal destinada a aliviar os orçamentos das famílias e das empresas.

A par de um alargado conjunto de outras medidas postas em prática pelo executivo municipal desde o início do mandato, cumprindo um dos eixos prioritários do compromisso assumido para com a população do concelho de Santo Tirso, a descida do preço da água é mais um amortecedor social lançado pela Câmara Municipal para fazer face à quebra de rendimentos e aumento de impostos provocados pela crise em que mergulhou o País nos últimos anos.

Garantida a descida do tarifário variável da água, o que vai implicar um esforço do orçamento municipal de 280 mil euros, o executivo municipal está ainda a negociar a entrada em vigor da tarifa social e da tarifa para as famílias numerosas.

**Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente o protocolo de participação no pagamento da fatura da água aos consumidores do concelho de Santo Tirso.**

**Santo Tirso, 06 de abril de 2017**

**12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONSIGNAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE RBMDC – LIVROS E ARTES LDA, TENDO POR OBJETO ESTABELECEER AS CONDIÇÕES DE VENDA DA MONOGRAFIA “MMAP/MIECST. PROJETO E OBRA”.-----**

Presente informações do Departamento de Cultura e Desenvolvimento Económico, de vinte e três de março findo, registada com o número dois mil seiscentos e noventa e um, e da Divisão Jurídica, de trinta e um do mesmo mês, registada com o número dois mil novecentos e noventa e cinco, a remeter proposta de contrato de venda à consignação a celebrar entre o município de Santo Tirso e a sociedade por quotas denominada “RBMDC – Livros e Arte Lda”, que tem por objeto estabelecer as condições de venda à consignação da monografia editada pelo município de Santo Tirso denominada “MMAP/MIECST. Projeto e Obra”.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do aludido contrato, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma, composto por quatro folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----







**13. ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO E GUIMARÃES TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DE UMA NOVA PONTE SOBRE O RIO VIZELA E ARRUAMENTOS DE ACESSO: APROVAÇÃO.**-----

Presente ofício de vinte e três de março findo, do município de Guimarães, registado com o número oito mil duzentos e doze, a remeter minuta da Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre os dois municípios em trinta e um de maio de dois mil e cinco, aprovado pela câmara municipal em dezasseis de março do mesmo ano, que tem por objeto a alteração da cláusula 3ª do mesmo Protocolo, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XI da mesma, composto por duas folhas, rubricada pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

O Protocolo celebrado entre os dois municípios previa a reparação da Ponte Romana de Negrelos e a construção de uma nova ponte e acessos;-----

A primeira parte do Protocolo já foi executada e em conformidade com as condições acordadas entre as partes;-----

O município de Santo Tirso inscreveu em primeira prioridade do PEDU – PAMUS a obra de “Construção de acesso rodoviário, pedonal e ciclável ao edifício de passageiros da linha de Guimarães, em Lordelo”, que é outra designação para o investimento previsto na cláusula 3ª do aludido Protocolo;-----

Face à prioridade desta obra, quer para a execução do PEDU, quer para a melhoria da qualidade e incremento do uso dos transportes públicos de passageiros, com a alteração ao Protocolo o município de Santo Tirso assume a responsabilidade pela execução física do projeto e obra em causa.-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere aprovar a aludida Adenda ao

Protocolo de colaboração celebrado entre os municípios de Santo Tirso e Guimarães, em trinta e um de maio de dois mil e cinco.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

**(Adenda ao protocolo entre os Municípios de Santo Tirso e Guimarães  
para a construção de nova ponte sobre o rio Vizela)**

A adenda ao protocolo entre os Municípios de Santo Tirso e Guimarães para a construção de uma nova ponte sobre o rio Vizela é um importante passo no sentido de melhorar a circulação rodoviária, pedonal e ciclável em toda a zona nascente do concelho de Santo Tirso.

Localizada na freguesia de Vila Nova do Campo, a nova ponte vai implicar uma profunda transformação em matéria de mobilidade rodoviária e de criação de modos suaves de circulação, melhorando de uma forma decisiva a qualidade de vida de quem se desloca diariamente entre os dois concelhos.

A nova ligação sobre o rio Vizela vai, desde logo, corrigir um grave erro de acesso direto a estação de comboios de Lordelo, incompreensivelmente descurado aquando da construção do interface localizado na fronteira entre os dois concelhos.

A nova ponte promoverá, assim, a circulação pedonal e ciclável em vez da utilização do carro, que atualmente se faz através da ponte de Negrelos, objeto a breve prazo de uma intervenção para permitir a circulação rodoviária simultânea nos dois sentidos e ainda a sua utilização por veículos pesados.

A importância da criação de uma nova ligação sobre o rio Vizela é ainda confirmada pela reformulação do atual nó da VIM com a Estrada Municipal 644, considerado um dos “pontos negros” da rede viária do concelho, por ter uma utilização muito intensa do ponto de vista da circulação automóvel.

Quem também vai beneficiar com o projeto de criação de uma nova ponte sobre o rio Vizela é o conjunto de empresas instaladas nas duas margens do rio. Quando concluída a obra, estimada em cerca de 1,5 milhões de euros, as condições de acessibilidade, com a intervenção na EM644 e a construção de uma rotunda no entroncamento com a VIM, e a segurança de viaturas e peões serão consideravelmente melhoradas.

A necessidade de acelerar o protocolo existente entre os dois Municípios surge da preocupação do executivo municipal em cumprir com os compromissos assumidos para com a população do concelho de Santo Tirso, nomeadamente em matéria de políticas de mobilidade sustentável, criação de melhores condições de acesso a meios de transporte alternativos ao automóvel, como, por exemplo, o comboio ou os transportes públicos, e ainda em matéria de requalificação da rede viária, na qual vão ser investidos cerca de 10 milhões de euros no ciclo autárquico 2013-2017.

**Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a adenda ao protocolo entre os Municípios de Santo Tirso e Guimarães para a construção de uma nova ponte sobre o rio Vizela.**

**Santo Tirso, 06 de abril de 2017**

**14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARREIRA E REFOJOS DE RIBA D'AVE PARA EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA "PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE FRINJOS QUE LIGA À RUA DE MOURENÇAS".-----**

Presente ofício de vinte de março findo, da junta de freguesia da União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba D'Ave, registado com o número sete mil duzentos e sessenta e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa quais os trabalhos que se mostram necessários realizar, sendo o valor total do investimento previsto de 90.647,07 € (noventa mil seiscientos e quarenta e sete mil e sete cêntimos), com IVA incluído.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aquela obra.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

Considerando a delegação de competências concedida pela assembleia municipal por deliberação de vinte e nove de novembro último (cfr artigo 38º, das Normas de Execução Orçamental);-----

Proponho que a câmara municipal delibere delegar a competência para execução da obra acima referida na freguesia União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba D'Ave, nos termos da minuta de contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XII da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1740/2017, de trinta de março findo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

**15. PROPOSTA DE REFORÇO DA COMPARTICIPAÇÃO ATRIBUÍDA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA DA LAGE - VILARINHO, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO TENDO POR OBJETO O PROLONGAMENTO DO HORÁRIO NO JARDIM-DE-INFÂNCIA DA EB DA LAGE – VILARINHO.**-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e quatro de março findo, registada com o número dois mil setecentos e setenta e três, a informar sobre a necessidade de atribuição de uma comparticipação adicional à Associação de Pais da Escola da Lage – Vilarinho, em reforço da comparticipação prevista na cláusula 3ª do Protocolo aprovado pela câmara municipal em reunião de oito de setembro último.-----

O senhor presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir uma comparticipação adicional no montante de 1.130,00 € (mil cento e trinta euros), a transferir com a verba prevista para o corrente mês de abril, com a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O encargo assumido é satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, conforme proposta de cabimento orçamental número 1053/2017.-----

O compromisso assumido está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1736/2017, de vinte e oito de março findo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**16. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. SALVADOR DO CAMPO PARA OBRAS NO INTERIOR DA IGREJA MATRIZ.**-----

Presente ofício de dezassete de fevereiro último, da Paróquia de São Salvador do Campo, registado com o número três mil oitocentos e dezassete, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com obras de beneficiação do interior da igreja matriz, cuja estimativa orçamental é de 11.926,00 (onze mil novecentos e vinte e seis euros).-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município;-----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local e um número significativo de cidadãos são membros conscientes e ativos da Igreja, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social;-----

Considerando que as paróquias geram fenómenos comunitários organizados, contribuindo para a promoção integral quer dos seus membros, quer da comunidade em geral, colaborando com os serviços públicos competentes e as instituições particulares de solidariedade social;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de São Salvador do Campo um subsídio no montante de 3.075,00 € (três mil e setenta e cinco euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas obras.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1123/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de

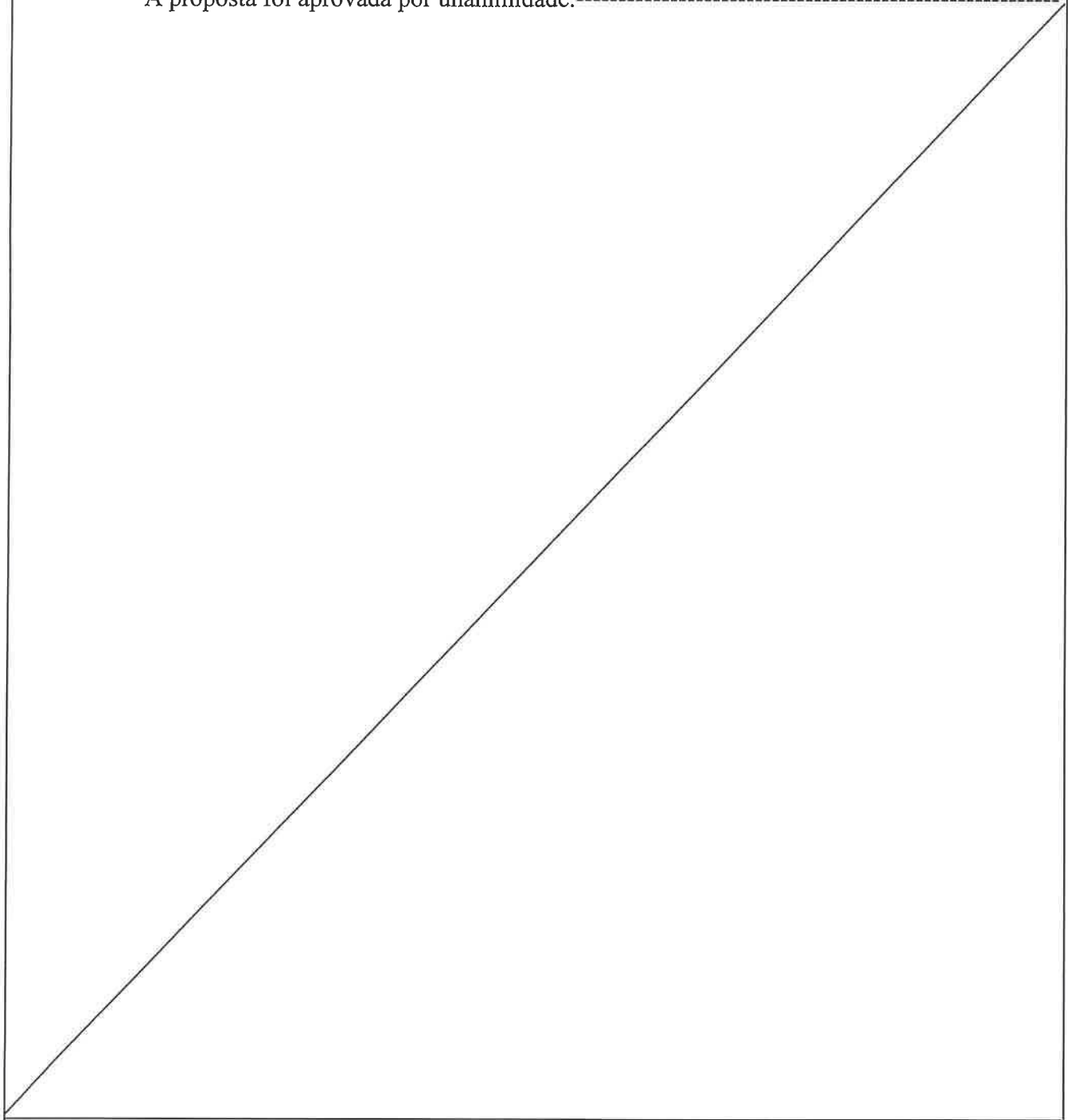


Reunião : ORDINÁRIA



contabilidade, de apoio à execução orçamental, com o número 1774/2017, de três do corrente mês de abril.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**17. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO, A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL E O GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DO “ENCONTRO NACIONAL MINIS NASCULINOS E FEMININOS DA MODALIDADE DE ANDEBOL”.-----**

Presente informação do Departamento de Coesão Social, de vinte e dois de março findo, registada com o número dois mil seiscientos e quarenta e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a remeter proposta de Protocolo de Colaboração, para a organização de competições oficiais, a celebrar entre o município de Santo Tirso a Federação de Andebol de Portugal e o Ginásio Clube de Santo Tirso, para a organização do “Encontro Nacional de Minis Masculinos e Femininos” na modalidade de andebol, que se realizará em Santo Tirso, de vinte e nove de junho a dois de julho de dois mil e dezassete.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a celebração do aludido Protocolo do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XIII, composto por seis folhas.-----

O encargo assumido pelo município de Santo Tirso, constante da alínea b) do ponto 4.3 da cláusula 4ª será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, conforme proposta de cabimento número 1054/2017.-----

O compromisso inerente a este encargo está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1737/2017, de 28 de março findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**18. APOIO À UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES URBANOS: AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE TRANSPORTE À SOCIEDADE TUST – TRANSPORTES URBANOS DE SANTO TIRSO LDA PARA EFEITOS DE DISTRIBUIÇÃO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS.**-----

Presente informação conjunta das Chefes das Divisões de Mobilidade e Transportes e Divisão Social, de vinte e um de março findo, registada com o número dois mil seiscientos e vinte, a propor que a câmara municipal, no âmbito das suas competências de apoio a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, implemente medidas concretas de apoio à mobilidade e à acessibilidade a estratos sociais desfavorecidos e a portadores de condicionantes físicas, disponibilizando títulos de transporte dos TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda a esses segmentos da população.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere a abertura de procedimento para aquisição de títulos de transporte à sociedade TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda, durante o segundo semestre do ano em curso, até ao montante máximo de 96.000,00 € (noventa e seis mil euros), mais IVA, para serem disponibilizados aos referidos estratos sociais, de acordo com os critérios previstos no n.º 7 da aludida informação, cuja aprovação igualmente se propõe.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 890/2017, de dezasseis de março.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**19. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO.-----**

Presente ofício de três de fevereiro último, do Ginásio Clube de Santo Tirso, registado com o número dois mil oitocentos e quarenta e quatro, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação de oito de março findo, registada com o número dois mil cento e sessenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Ginásio Clube de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia vinte e dois de dezembro último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia oito de março findo, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 125.000,00 € (cento e vinte e cinco mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XIV da mesma, composto por dezassete folhas.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 040701 e 080701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 815/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1563/2017, de dez de março.-----

Considerando que a comparticipação financeira atribuída pelo município se destina, em parte, a financiar projetos de reparação e melhoramento de infraestruturas desportivas, em anexo ao contrato a celebrar deve constar a planta da respetiva localização e as descrições técnicas necessárias à sua apreciação, sendo que o pagamento da comparticipação correspondente apenas poderá ser feito depois do Ginásio Clube de Santo Tirso apresentar documentos comprovativos da sua execução.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

**20. IHRU – INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA:  
PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO ESPECIAL INTERESSE SOCIAL DA OPERAÇÃO  
URBANÍSTICA DE ALTERAÇÃO A LOTEAMENTO SITO EM VILA DAS AVES  
(PROCESSO 183/17-RSP).-----**

Presente o ofício de seis de outubro último, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, registado com o número dois mil setecentos e seis, a solicitar o reconhecimento do especial interesse social da operação urbanística de alteração ao loteamento sito em Vila das Aves, onde está construído um bairro de habitações sociais, para efeitos de isenção de taxas, nomeadamente da TMU – Taxa Municipal de Urbanização.-----

O requerimento vem informado pela Divisão de Licenças e Urbanismo, conforme informação de catorze de março findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica e ao abrigo do artigo 15º, n.º 2, alínea f), do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e outras Receitas Municipais, em conjugação com o disposto no artigo 27º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse social da operação urbanística em causa, para efeitos de isenção de taxas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**21. DUX – INTERIORES, SA: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO DESTINADAS A INDÚSTRIA (PROCESSO 402/10 – LEDI).-----**

Presente requerimento da Sociedade DUX – Interiores, S.A., de seis de fevereiro último, registado com o número dois mil oitocentos e vinte e nove, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal da operação urbanística de obras de ampliação de edificação destinada a indústria, localizada na freguesia de Sequeirô, que atualmente assegura cento e cinquenta e quatro postos de trabalho, prevendo com a ampliação da sua unidade fabril a criação de quinze novos postos de trabalho.-----

O pedido é apresentado para efeitos de isenção/redução de taxas, nomeadamente Taxa Municipal de Urbanização e isenção/redução de IMI.-----

O expediente vem informado favoravelmente pela Divisão de Licenças e Urbanismo, conforme informação de trinta de março findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

De acordo com a folha de medições junta a esta informação, o valor estimado das taxas de licenciamento é de 1.431,36 € (mil quatrocentos e trinta e um euros e trinta e seis cêntimos) e o valor estimado da Taxa Municipal de Urbanização é de 11.014,30 € (onze mil e catorze euros e trinta cêntimos).-----

Relativamente ao IMI, a concessão de benefícios fiscais está atualmente dependente da existência de Regulamento Municipal, cujo procedimento está em tramitação (conforme resulta do ponto quatro da ordem do dia desta reunião).-----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica e ao abrigo do artigo 15º, n.º 2, alínea f), do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e outras Receitas Municipais, em conjugação com o disposto no artigo 27º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse



público municipal da operação urbanística em causa, quer para efeitos de isenção/redução de taxas, quer para efeitos de isenção/redução de IMI.-----

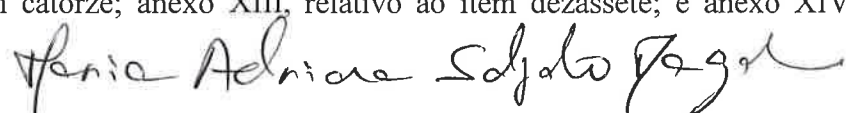
Quanto a este benefício fiscal a interessada deverá oportunamente candidatar-se, de harmonia com as condições previstas no Regulamento que vier a vigorar sobre a matéria.-----

Propôs ainda que a presente deliberação fosse submetida à assembleia municipal para reconhecimento do interesse público municipal do empreendimento em causa, cuja deliberação instruirá a candidatura a apresentar.-----

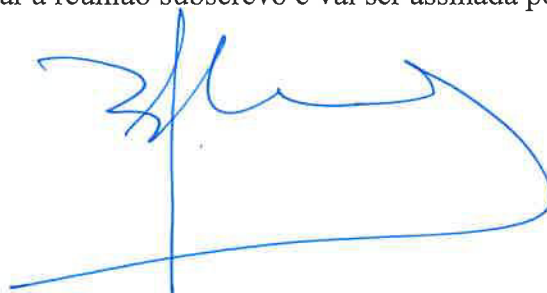
As propostas, submetidas a votação nominal, foram aprovadas por unanimidade.-----

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Dezasseis horas e quinze minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e nove folhas, apenas utilizadas no anverso e catorze documentos anexos (anexos I e II, relativos ao período de antes da ordem do dia, alínea a); anexo III, relativo ao item quatro; anexo IV, relativo ao item cinco; anexo V, relativo ao item sete; anexo VI, relativo ao item oito; anexo VII, relativo ao item nove; anexo VIII, relativo ao item dez; anexo IX, relativo ao item onze; anexo X, relativo ao item doze; anexo XI, relativo ao item treze; anexo XII, relativo ao item catorze; anexo XIII, relativo ao item dezassete; e anexo XIV, relativo ao item dezanove), que eu 

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 20/04/2017 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas nove da respetiva minuta).-----

A Secretária,

